

EMENDA MODIFICATIVA Nº ____/2023

AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 011/2023 – EXECUTIVO.

EMENTA: Modifica o art. 43 do Projeto de Lei 011/2023 do Poder Executivo. DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE, CRIA O SEGUNDO CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Onde lê-se:

Art. 43. São atribuições do Conselho Tutelar:

I- Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98, 99 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a IX, ambas do Estatuto da Criança e do Adolescente.

II- Atender e orientar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, do ECA.

III- Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a). Requisitar serviços públicos na área de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b). Representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV- Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V- Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI- Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, I a VII, do ECA, para o adolescente autor de ato infracional;

VII- Expedir notificações;

VIII- Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente, quando necessário;

IX- Assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da proposta orçamentária, para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X- Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal.

XI- Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, depois de esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

XII- Utilizar o Sistema de Informação da Criança e do Adolescente - SIPIA CT WEB.

XIII - Receber denúncia de maus tratos contra crianças e adolescentes em conformidade com o art. 13 da Lei Federal nº 8.069/1990.

XIV- Receber dos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicação de casos de:

a) Maus-tratos envolvendo alunos;

b) Reiteração de faltas injustificadas em conformidade com o disposto no inciso VIII do artigo 12 da Lei 9.394/96 com alteração dada pela Lei 13.803/2019 e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

c) Elevados índices de repetência.

XV- Fiscalizar as entidades de atendimento governamentais e não governamentais que atuam no município, nos termos do art. 95 da Lei nº 8.069/1990, podendo inclusive requisitar coleta de dados, sobre a situação dessas, partir disso, verificando demandas ou deficiências, encaminhar pedido de providências aos órgãos do sistema de garantia de direito competente.

XVI- Participar do processo de avaliação e acompanhamento da Gestão do Atendimento Socioeducativo, conforme estabelecido na Lei Nacional nº 12.594/2012;

XVII- Aplicar as medidas constantes do art. 18-B, do Estatuto da Criança e do Adolescente, nos termos do Parágrafo Único daquele referido artigo.

Parágrafo único. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

Leia-se:

Art. 43. São atribuições do Conselho Tutelar:

I- As previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente;

II- SUPRIMIDO;

III- SUPRIMIDO;

IV- SUPRIMIDO;

V- SUPRIMIDO;

VI- SUPRIMIDO;

VII- SUPRIMIDO;

VIII- SUPRIMIDO;

IX- SUPRIMIDO;

X- SUPRIMIDO;

XI- SUPRIMIDO;

XII- Utilizar o Sistema de Informação da Criança e do Adolescente - SIPIA CT WEB devendo registrar todos os atendimentos neste sistema;

XIII – SUPRIMIDO;

XIV- SUPRIMIDO;

XV- Fiscalizar as entidades de atendimento governamentais e não governamentais que atuam no município, nos termos do art. 95 da Lei nº 8.069/1990, podendo inclusive requisitar coleta de dados, sobre a situação dessas, partir disso, verificando demandas ou deficiências, encaminhar pedido de providências aos órgãos do sistema de garantia de direito competente;

XVI- Participar do processo de avaliação e acompanhamento da Gestão do Atendimento Socioeducativo, conforme estabelecido na Lei Nacional nº 12.594/2012;

XVII- SUPRIMIDO;

Parágrafo único. SUPRIMIDO;

Santa Cruz do Capibaribe, 02 de maio de 2023.

JÉSSYCA MÔNICA DE LIMA CAVALCANTI

Vereadora

GILSON JOSÉ JULIÃO

Vereador

